

O ALDEAMENTO DO ALMAGRE NAS FONTES DOCUMENTAIS COLONIAIS (SÉCULOS XVII E XVIII)¹

André Cabral Honor²

Reconstruir a história de uma ruína é uma tarefa árdua, porém apaixonante. Árdua, pelos enormes percalços que se encontram no caminho. Lutando contra o tempo, contra o desgaste da erosão e principalmente contra o descaso, este o pior dos fatores, nos vemos tentando salvar uma parte fundamental de nossa História que periga desmoronar no esquecimento. Apaixonante, por estarmos devolvendo à sociedade algo cuja perda seria irreversível, proporcionando às gerações futuras a possibilidade de conhecer uma parte de si mesma, construindo uma identidade de cidadania.

No dia quatro de novembro de 1585, era fundada a cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. O nome da cidade explica-se pela alusão ao dia cinco de agosto, data consagrada a essa invocação da Virgem Maria, e na qual foi, naquele mesmo ano de 1585, firmada a paz entre os portugueses e a população indígena denominada de Tabajara, após sucessivos conflitos que se estendiam desde a destruição feita pelos índios Potiguaras, em 1574, ao engenho Tracunhaém localizado na Capitania de Pernambuco. Somente após o “massacre de Tracunhaém” é que o então rei de Portugal, D. Sebastião, ordenou a conquista da Região do Rio Paraíba, no intuito de garantir a sua soberania sobre aqueles territórios, conquistando novas terras e protegendo aquelas já firmadas.

Neste contexto percebe-se a importância fundamental que os indígenas tinham para o sucesso da colonização portuguesa. Era fundamental tê-los como aliados, caso isso não acontecesse, a solução era o genocídio através da “guerra justa”, visto que sem os indígenas o fracasso da colônia era inevitável. Para o presente trabalho, vamos nos concentrar em quatro significações que o “negro da terra” possuía para os Portugueses. A primeira está ligada à questão de defesa da colônia, tanto dos perigos externos, como os piratas e as outras nações interessadas em tais terras, quanto dos perigos internos, no caso nações indígenas não aliadas. A segunda, diz respeito ao abastecimento dos moradores das vilas e cidades com produtos de subsistência. A terceira é a necessidade que a colônia tinha de possuir pessoas para servirem de mão de obra nos engenhos. A quarta, de ordem religiosa, vem dos ideais, surgidos nas cruzadas medievais, de expansão da fé católica. O

¹ Este texto apresenta parte dos resultados presentes no Relatório Final do primeiro ano de pesquisa como bolsista PIBIC/ UFPB/ CNPq no projeto “Aldeamento, Igreja, Ruína: uma Arqueologia Histórica de N. Sra. de Nazaré do Almagre (1589-2004)”, sob orientação da Prof^a Dra. Carla Mary S. Oliveira (DH/ UFPB). Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Análises e Reflexões sobre a América Portuguesa”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <falanariga@bol.com.br>.

papa Paulo III através da Bula Pontifical **Veritas Ipsa** em 1537, admite a qualidade de homem ao índio, não sendo seres “brutos estúpidos criados para o nosso serviço”³.

A política dos aldeamentos, desenvolvida pelos portugueses em união com as ordens religiosas, atende essas quatro significações de forma bastante satisfatória, o que não significava que a convivência entre índios, missionários e administração colonial fosse harmoniosa. Ao contrário, estava repleta de conflitos e tensões, como poderemos perceber no caso do aldeamento do Almagre.

Almagre é um verbete que vem “do árabe *al-magrâ*: argila avermelhada usada na construção civil. Os portugueses também usavam o termo para nomear arrecifes avermelhados existentes na costa do Nordeste do Brasil”⁴. De acordo com a análise feita pelo IPHAN, à época de seu tombamento, a formação geológica em que a Igreja está edificada pertence ao período Holocênico, o que se caracteriza por um conjunto de dunas e argila, que formam um véu branco com riscos vermelhos. Desta imagem tirou-se o nome do lugar Almagre (Almagra ou Almaga)⁵.

Fundada a Capitania da Paraíba, a doutrinação dos índios, juntamente com o desenvolvimento econômico da capitania, tornava-se prioridade, em acordo com os motivos já elencados. Em 1589, já se encontravam instaladas na Paraíba, sobre a jurisdição dos Jesuítas, as aldeias de Almagre, Praia, Guirajibe (Assento do Pássaro), Pirajibe (Braço de Peixe), Jeanne e Mangue, visando à doutrinação dos Tabajaras⁶. Porém destas, segundo Maximiano Machado, encontravam-se em pleno abandono as aldeias Almagre, Praia, Guirajibe, Jeanne e Mangue, “não querendo os padres da companhia repartir-se por ellas; mas somente permanecerem na de Pirajybe ou Braço de Peixe”⁷. Apesar de Machado declarar solenemente que os jesuítas não queriam tais aldeias, Horácio de Almeida põe em dúvida tal afirmação ao dizer que “Haviam cinco que não quiseram ou não puderam aceitar, as de Almaga, Praia, Assento de Pássaro, Jeane e Mangue”⁸. Discordamos da idéia apresentada por Miranda⁹, de que os jesuítas não foram os fundadores do Aldeamento do Almagre. Na carta de sesmaria do Almagre é elencado, como segundo motivo para a posse efetiva do lugar, o intuito de “prevenir qualquer má interpretação da entrada dos franciscanos em campo que já contava com outros missionários, isto é, os jesuítas”¹⁰. Apesar de a Companhia de Jesus não ter assumido a doutrinação na aldeia, a invocação

³ MIRANDA, 1969, p. 165.

⁴ OLIVEIRA, 2002, p. 47.

⁵ IPHAN, 1938, p. 01.

⁶ WILLEKE, 1977, p. 86.

⁷ MACHADO, 1912, p. 113.

⁸ ALMEIDA, 1966, p.118.

⁹ MIRANDA, 1969, p. 165.

¹⁰ WILLEKE, *apud* MIRANDA, 1969, p. 155

dada à Igreja, em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré¹¹, é um forte indício de sua presença, pois encontramos vários aldeamentos de Jesuítas com invocações a tal santa¹², já que a “história” da aparição de Nossa Senhora de Nazaré no sítio do Catujal, concelho de Loures, na costa ao norte de Lisboa, é muito forte e presente no imaginário jesuítico. Tal hipótese apresenta como problema o fato de que não existem registros da igreja no século XVI com tal invocação.

Neste mesmo ano de 1589 chega na cidade o Padre Custodio Fr. Melchior de Santa Catharina, que pertencia à ordem de São Francisco¹³, e que trouxe junto consigo alguns religiosos no intuito de construir o Convento de Santo Antônio. Porém, os frades não puderam iniciar de imediato tal construção, pois tiveram que se repartir entre as aldeias que se encontravam abandonadas pelos jesuítas, dentre elas o Almagre. No dia 21 de junho de 1589, o então governador Frutuoso Barbosa requereu, aos oficiais da Câmara, o cumprimento da provisão que deu posse do Almagre aos franciscanos, como vemos na transcrição a seguir:

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e oitenta e nove anos, ao vinte e hum dias do mez de junho do dito anno, nesta cidade Philippea da invocação de Nossa Senhora das Neves, capitania da Praíba de sua magestade, pelo capitão, digo de que he capitão e governador Frutuoso Barbosa, fidalgo de sua casa pelo dito senhor, etc, pelo reverendo padre guardião nesta capitania, Fr. Antônio de Campo Maior¹⁴, foi requerido aos senhores amaro de Rezende e João Pamplona, juizes ordinários; Gaspar Manuel Machado e Pero Coelho de Sousa e Sebastião Daraújo, vereadores; Antônio Anes, procurador desta cidade, e a mim, tabelião Francisco Rodriguez, meirinho do campo, lhe fossemos fazer cumprimento de uma provisão, do dito senhor governador; que logo nos apresentou em mandar assi a comprissemos o fossemos a aldeia do Alamagra, ao rio Teiugão e das Marés e a posse do dito padre assi e elle como a todos aqueles que lhe socedessem; e por estar doente o dito Gaspar Manoel Machado e Pero Coelho de Sousa occupados os mais officiais fizessem e fizerão na maneira seguinte com o dito senhor também a isto mandou, a qual provizão aqui autuei e concertei que he a que adiante se segue. E eu Francisco Dias tabelião que os escrevi, etc.¹⁵

Porém, apesar de não terem a posse legal do Almagre os franciscanos já se encontravam lá instalados antes de dois de maio de 1589, pois numa provisão do governador da Capitania,

¹¹ As ruínas são tombadas com o nome “Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes – Ruínas”, tal confusão, ao nosso ver, foi gerada dentro do processo de tombamento, quando o Sr. Heráclio Siqueira em resposta ao IPHAN, dizendo que o terreno onde se encontram as ruínas pertencia ao Sr. Henrique Siqueira, identifica a Igreja como Nossa Senhora dos Navegantes. O IPHAN escreve ao dono do local, o Sr. Henrique Siqueira, mudando a evocação original de Nazaré para Navegantes; em resposta ao IPHAN o Sr. Henrique afirma que se trata da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Não se sabe ao certo porque o órgão não seguiu sua orientação original de Nazaré e persistiu no erro do Sr. Heráclito, tombando as ruínas com uma invocação diferente da original. À exceção desse fato não há nada que corrobore a invocação a Nossa Senhora dos Navegantes.

¹² Existem referências de tais capelas/ igrejas, com a invocação dedicada à Nossa Senhora de Nazaré e construídas por jesuítas, em Belém do Pará, Saquarema (RJ), e Jaboatão dos Guararapes (PE). Informações disponíveis em: <http://www.eradepaz.com.br/turismo_igreja.htm> e <<http://www.veropara.com.br/veropara.php?%20edicao=22&ind=117>>. Acesso em: 27 jul. 2004.

¹³ Tratavam-se de missionários franciscanos, devotos de Santo Antônio, que era tido pelo próprio São Francisco como exemplo de virtude e santidade.

¹⁴ Apesar do nome deste frei não constar no “Livro dos guardiões do convento de Santo Antônio da Paraíba”, podemos afirmar que ele era franciscano, pois esta era a única congregação existente na Paraíba além dos jesuítas no ano de 1589.

¹⁵ NUNES & PEREIRA, 1997, p. 24-25.

fala-se que o cruzeiro¹⁶ da aldeia havia sido retirado “que os reverendos padres de São Francisco capuchos esteiam de posse da Aldeia do Almagra e que eles possam tornar a levantar a sua cruz, como dantes tinham no mesmo lugar, onde estava dantes posta por meu mandado por a dita aldeia estar nos seus limites, que são os do rio das marés, para as fronteiras porque de tudo os mandei por de posse quando lhe entregaram por meu mandado as ditas aldeias assi as das fronteiras como as maes que estão dos rio das marés por diante”¹⁷.

A convivência entre a administração da capitania e as ordens religiosas nunca foi harmoniosa. A Companhia de Jesus não fazia voto de pobreza e as atividades produtivas eram incentivadas pelos mesmos, o que os levou a um considerável crescimento econômico dentro da Capitania. Os colonos da Paraíba alardeavam tal situação como injusta, já que os Jesuítas podiam explorar com exclusividade a mão de obra indígena tendo, como vantagem adicional, a não cobrança de impostos que recaíam sobre os restantes dos colonos.

Em 1591, a aldeia de Pirajibe foi transferida e dividida em duas partes, às margens do rio Inhobim: uma perto do engenho Salvador do Mundo, e a outra para Livramento, sendo a sua aldeia original destruída para que os índios não retornassem para lá. Tal transferência foi realizada contra a vontade da Companhia de Jesus, além de demonstrar a divergência entre o que Gonçalves¹⁸ irá chamar de “poder espiritual” e “poder temporal”. A síntese deste conflito estará centrada em dois motivos: primeiro, a necessidade da mão de obra indígena na manutenção da capitania, principalmente no plantio da cana; e em segundo lugar, a necessidade de arregimentar esses índios para servirem de exército para a Capitania.

Os jesuítas não possuíam uma política de militarização indígena, fato este que os distanciava da visão do então governador Feliciano Coelho sobre a política indigenista, na qual “as aldeias dos índios não deviam ser consideradas senão postos avançados de defesa, localizados nas fronteiras do interior, com a finalidade precípua de preparar braços para a lavoura e soldados para a guerra”¹⁹. Analisando a posição geográfica do aldeamento do Almagre, podemos intuir que este se encontra em uma posição estratégica para a defesa da cidade, pois proporciona uma ampla visão do mar e da costa da cidade de Nossa Senhora das Neves.

Os jesuítas se recusaram a doutrinar os índios nas novas aldeias, e ainda exigiram a reparação do dano causado pela destruição da antiga aldeia de Pirajibe. Em 1593, a solução encontrada é a expulsão da Companhia de Jesus, e a entrega das aldeias aos franciscanos como se segue no fragmento da decisão transcrita a seguir:

¹⁶ Também chamado de “Calvário”, o cruzeiro indicava o sinal distintivo da missão fundada.

¹⁷ MIRANDA, 1969, p. 154-155.

¹⁸ GONÇALVES, 2003, p. 131.

¹⁹ ALMEIDA, 1966, p. 25.

Porquanto por Fructuoso Barbosa foi avisado que entre os religiosos de S. Francisco, enviados a estas partes por seu mandado, e os Padres da Companhia, havia diferenças do que resultava escandalo entre os novos christãos, vos mando que tirada a inquirição e achando que os Padres de S. Francisco são os culpados, os concertareis em forma que não haja materia de escandalo; e os Padres da Companhia, os despedireis, para nunca mais tornarem a morar a essa capitania, e os ditos Religiosos de S. Francisco doutrinarem todo o gentio, o que favorecereis em tudo o que vos for possível.

Em vista da presente ordem foram mandados, no presente anno, para fora da capitania os Padres da Companhia.²⁰

Todavia, tal expulsão não resolve o conflito entre o poder temporal e o poder espiritual. Segundo Gonçalves²¹, já em 1596, os conflitos entre os missionários seráficos e governador Feliciano Coelho são constantes. Aliados na expulsão da Companhia de Jesus, a convivência entre ambos não é nem um pouco amistosa, chegando o governador a prestar reclamações sobre os missionários franciscanos ao então Governador-Geral D. Francisco de Sousa, que garantiu aos mesmos o direito do poder temporal sobre os índios. Apesar de Pinto²² declarar solenemente que os franciscanos deixam a capitania da Paraíba no ano de 1596 abandonando o seu mosteiro e as aldeias, fato este que já havia sido afirmado por Varnhagen²³, nos deparamos com a evidência contida no Orbe Seráfico²⁴, de que os missionários de Santo Antônio não deixaram a capitania nessa data, pois nele encontramos um relatório das atividades desenvolvidas pelos franciscanos na capitania do ano de 1589 até o ano de 1599, ano que “terminaram as perseguições do governador e capitão Feliciano Coelho”²⁵. A saída dos franciscanos da capitania, e possivelmente o abandono do Almagre pelos missionários, data de 1619²⁶, motivada por desentendimentos entre estes e a administração da capitania em consonância com os colonos.

Possivelmente, neste momento a aldeia do Almagre é assumida pelos frades beneditinos que já se encontravam na Paraíba desde 1599, quando o capitão-mor Feliciano Coelho, juntamente com a câmara da Cidade, pede ao abade dos beneditinos de Olinda o envio de missionários para atuarem junto aos índios e construírem um mosteiro. Nesse mesmo ano, foram enviados quatro religiosos, dentre eles o Frade Anastácio.

Porém a doutrinação dos beneditinos na aldeia do Almagre, que como foi dito anteriormente, deve ter se iniciado no aldeamento do Almagre em 1619, perdurando até meados de 1635, quando ocorreu a rendição da Capitania aos holandeses, juntamente com a expulsão dos missionários que aqui se encontravam.

²⁰ PINTO, 1977, p. 26.

²¹ GONÇALVES, 2003, p. 133.

²² PINTO, 1977, p. 28.

²³ VARNHAGEN, *apud* ALMEIDA, 1966, p. 128.

²⁴ JABOATÃO, Frei Venâncio, *apud* ALMEIDA, 1966, p.128.

²⁵ ALMEIDA, 1966, p. 128.

²⁶ Tal data encontra-se em: MIRANDA, 1969, p. 130. Vale salientar que ainda não foram encontrados na nossa pesquisa dados que confirmem tal datação.

A invasão holandesa marca um período de mais de cem anos onde as informações sobre o aldeamento do Almagre simplesmente desaparecem das fontes pesquisadas. Segundo Machado²⁷, um Jesuíta de nome Manuel de Moraes, foi o intermediador entre os holandeses e os índios, e nas palavras do próprio Machado:

Existiam então **umas** [grifo nosso] seis aldeias, com pouco mais de mil e seiscentas almas, tendo cada uma o seu chefe ou capitão.

Eram estas:

1ª Tapuá ou Vrecutussa, á dez leguas ao poente da Capital. O chefe Francisco Goippéba **apresentou-se ao vencedor e submetteu-se** [grifo nosso], segundo o *accordo* offerecido.

2ª Jaraguassú, á tres leguas ao noroeste, margem septentrional. Capitão Francisco Araduy; **apresentou-se e submetteu-se** [grifo nosso].

3ª Jacuipe, á quatro leguas ao sudoeste, na margem meridional. Capitão João Javaraty; **apresentou-se e submetteu-se** [grifo nosso].

4ª Yapuan ou Igapuan, á cinco leguas ao norte do forte de S. Antonio, lado septentrional. Capitão Francisco Pavaraya; **apresentou-se e submetteu-se** [grifo nosso].

5ª Jacóca, á quatro leguas ao sul, caminho de Goyana. Capitão Diogo Botelho. Não compareceu; seguiu com Antonio de Albuquerque.

6ª Pindaúna, á seis leguas ao sul, á margem do rio Gramame. Capitão Manibapu; tambem não se apresentou.²⁸

A partir desse relato, nos é possível tecer algumas hipóteses no que diz respeito ao silêncio sobre o aldeamento do Almagre: ele pode ter sido abandonado antes da chegada dos holandeses, após a saída dos beneditinos da Paraíba, o que explicaria o fato de não aparecer na listagem. Outra possibilidade bastante viável é o fato da lista encontrar-se incompleta. O autor inicia o parágrafo com a expressão “Existiam então **umas** [grifo nosso] seis aldeias (...)”²⁹, o que indica que não há precisão no relato, sendo elencadas aquelas aldeias que se submeteram aos holandeses, com exceção das duas últimas que por se tratarem de aldeamentos de importância elevada, terminaram por entrar na relação.

Como já foi dito, a situação no Almagre na invasão holandesa não pode passar apenas pelas suposições, em função da já referida ausência de fontes para o período. Essa lacuna se estende até o ano de 1730 quando, dentre os documentos³⁰ do Arquivo Histórico Ultramarino referentes à Capitania de Pernambuco, encontramos uma referência à Aldeia de **Utinga**. Em 1746, as aldeias existentes na capitania são elencadas por Pinto³¹, e dentre elas está a aldeia de Utinga, que possui uma Igreja de invocação a Nossa Senhora de Nazaré. Através de uma análise cartográfica é fácil percebemos que a referida Utinga citada no trabalho de Pinto é o mesmo Aldeamento do Almagre. Algumas precauções tiveram de ser

²⁷ MACHADO, 1912, p. 169.

²⁸ MACHADO, 1912, p. 169-170.

²⁹ MACHADO, 1912, p. 169.

³⁰ Mais especificamente em: AHU_ACL_CU_015, Cx. 40, D. 3602. As seguintes siglas têm como significado: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; ACL – Administração Central; CU – Conselho Ultramarino; 014 número da série Brasil - Pernambuco; Cx. – Caixa (1 a 50); D. – Documentos

³¹ PINTO, 1977, p. 149.

tomadas visto que o nome Utinga é largamente utilizado em denominações de locais, não só na Paraíba, mas também em Pernambuco³².



MARKGRAF, Georg. *Praefecturae de Paraíba, et rio Grande*. 1665. 1 mapa: color.; 41,5cm x 53cm. In: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas. A cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

No recorte do mapa acima existe uma região chamada de Itinga, que posteriormente também passou a se chamar de Utinga, porém não há registro de aldeamento neste local. Nesta região foi edificada uma igreja cuja invocação era dedicada a São João Batista, como podemos perceber neste trecho extraído do livro de batismo da paróquia de Livramento:

O Vigário Gervasio Fernandes da Silva [1
Aos vinte e cinco de Junho de mil oitocentos e nove- [2
ta e seis, na Capella de São João da Utinga baptisei [3
o adulto Cypriano, nascido em Maio de mil oito- [4
centos e setenta, filho natural de Maria Narcisa, [5
moradora na Ribeira, sendo padrinho Basileo da [6
Costa e Silva; do que fiz este assento a assignei. [7³³

Existem dezenas de registros de batismos na mesma “Capella da Utinga”³⁴ (Livro.9 fls.11, 12, 22, 23, 30, 31, 33, 49, 50, 51) nos anos de 1894 a 1896, mas poucos, como o trecho acima, trazem a denominação de seu orago, São João. Os registros mostram batismos de filhos de moradores de muitos povoados e engenhos da região, inclusive alguns que tinham suas próprias capelas, mas que vinham se batizar na Utinga, assim, como moradores deste povoado se batizavam em outras capelas que não a local³⁵.

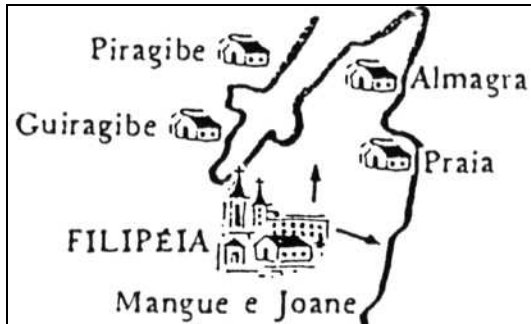
³² Provavelmente devem existir outras regiões, em outras capitânicas, que foram denominadas de Utinga, porém só temos referências às ocorrências desse topônimo nas capitânicas da Paraíba e de Pernambuco.

³³ LIVRO de batismo da paróquia de livramento, Livro 9, folha 64.

³⁴ LIVRO de batismo da paróquia de livramento, Livro 9, folhas 11, 12, 22, 23, 30, 31, 33, 49, 50, 51.

³⁵ Existem também alguns registros isolados que falam no “Oratório Público da Utinga”, no ano de 1895 (fl.43), que não sabemos tratar-se de outra edificação ou da mesma capela com a invocação a São João.

Fica então descartada a hipótese dos documentos analisados se tratarem desta outra região de Utinga, pois além da já citada ausência de indícios sobre algum aldeamento indígena neste local, a invocação das ruínas do Almagre é à Nossa Senhora de Nazaré.



SALVADOR, frei Vicente.

Um dado, que foi constatado por nós, é a total ausência de documentação e de mapas que atestem que o lugar onde se situou o Almagre foi posteriormente chamado de Utinga. Não foi encontrada nenhuma espécie de documentação que nos esclarecesse a mudança de nome dessa região e o conseqüente desaparecimento do vocábulo Almagre da documentação disponível. Os únicos locais onde tal região é chamada de Utinga são os documentos referentes à Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

Algumas conclusões podem ser desenvolvidas através da análise do seguinte fragmento do requerimento feito pelo abade do Mosteiro de São Bento de Olinda, em 29 de março de 1730:

que lhe concediam livres dos subsidios quatorze pipas de vinho [4 para provimento da sachristia do ditto mosteyro e de seis capellas a [5 elle annexas; a saber, a capella de Nossa Senhora do Monte nos arredores [6 desta cidade, a capella de Nossa Senhora dos Prazeres sita nos guarara- [7 pes, erecta em obzequio da senhora pelo bom serviço das duas batalhas me- [8 moráveis, que no ditto sitio se deram; a capella de Nossa Senhora dos Reme-[9 dios nas Tabocaz [?], aonde se alcançou a primeira Victoria contra os Holandezes [10 a capella de S. Gonçallo em Monurepe [?]; a capella de Sam Bernardo no Guazala [11 a capella de Nossa Senhora do Rozario em Jaguaribe, e mais duas capellas, [12 em duas missoens de indios; a saber, Jacoca, e Utinga, nas quaes capellas [13 e missoens assistem monges, que tem cuidado do culto della,e dizem missa [14 aos fieis, como he notorio; (...) [15³⁶

Percebe-se a existência de uma capela que celebrava missas aos índios da aldeia, sendo esta assistidas pelos monges beneditinos. Não se sabe quando estes voltaram a doutrinar tal aldeia, já que Machado³⁷ ao descrever os bens do Mosteiro de São Bento da Paraíba logo após a restauração não elenca o Almagre/ Utinga como pertencente a essa ordem. Porém, como podemos perceber no documento acima, eles já doutrinavam em uma capela em Utinga em 1730. Em 1747, o então prelado de São Bento, Frei Calisto de São Caetano,

³⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 40, D. 3602.

³⁷ MACHADO, 1912, p. 205.

“aperfeiçoou as igrejas de Utinga e Jacoca e celebrou nellas a primeira missa abadial”³⁸. Em 1753, o missionário da aldeia chamava-se Frei Bento da Conceição.

A ascensão da política pombalina, que possui em seu planejamento a transformação das antigas aldeias indígenas em vilas, vem a afetar os aldeamentos existentes como um todo. O intuito era subordinar as ordens religiosas às autoridades administrativas, acabando com o conflito que existia, desde os primeiros aldeamentos, entre poder temporal e poder espiritual.

No caso de Utinga, esta será elencada entre as aldeias na Paraíba que deveriam ser elevadas à categoria de Vila, juntamente com a aldeia de Jacoca, Baía da Traição, Preguiça, Boa Vista, Taipu, Campina Grande, Brejo, Panatis Coremas, Pegas, Icos Pequenos (Icozinhos). Não se sabe ao certo porque, provavelmente por se tratar de um aldeamento com poucos habitantes, ela não se transformou em vila e teve sua população transferida para um novo local.

Os índios da aldeia de Utinga foram transferidos para a aldeia de Igramació, futura Vila Flor. Naquela época a aldeia de Utinga contava com 85 casais com 170 filhos, 1 viúvo com 2 filhos, 10 solteiros. Destes 30 rapazes para a escola, 30 raparigas para a mestra e 85 para as armas.

Em 10 de outubro de 1762, o Juiz de Fora Castelo Branco erigiu a última vila do Rio Grande do norte nomeando-a Vila Flor, em homenagem ao Conde Vila Flor, o novo governador que já estava nomeado para o Governo de Pernambuco e só chegaria ao Brasil em 1763. Seu primeiro Diretor dos Índios foi o sargento-mor José Barbosa de Lima, que também assumiu o cargo de Juiz Ordinário e dos Órfãos de Vila, e seu pároco, Padre Lourenço Muniz Matos.³⁹

No dia sete de outubro, o juiz de fora Castelo Branco promove os rituais de criação da Vila, convocando a população para a cerimônia de fundação:

“... em execução das ordens citadas, havendo transferido para este lugar a Aldeia de Utinga e agregado vários casais dispersos com os habitantes das pequenas povoações ou Malocas de Tapissurama e Macacahu determinou proceder a criação da nova vila no dia dez do corrente [outubro] para com a assistência dos referidos moradores, e no dia dez do corrente [outubro] para com a assistência dos referidos moradores, e dos mais que deverem ou pretenderem unir-se-lhes, destinar lugar que há de servir de Praça com Pelourinho (...)”⁴⁰

O destino do Almagre/ Utinga é incerto. Não se sabe como ficou o local após a transferência dos índios para Vila-Flor. As fontes que já eram escassas em relação ao aldeamento tornam-se inexistentes, abrindo um vazio em sua história que só será recuperado no século XIX em alguns registros de compra e venda de terras, na qual o a Igreja de Nossa Senhora do Nazaré aparece esporadicamente.

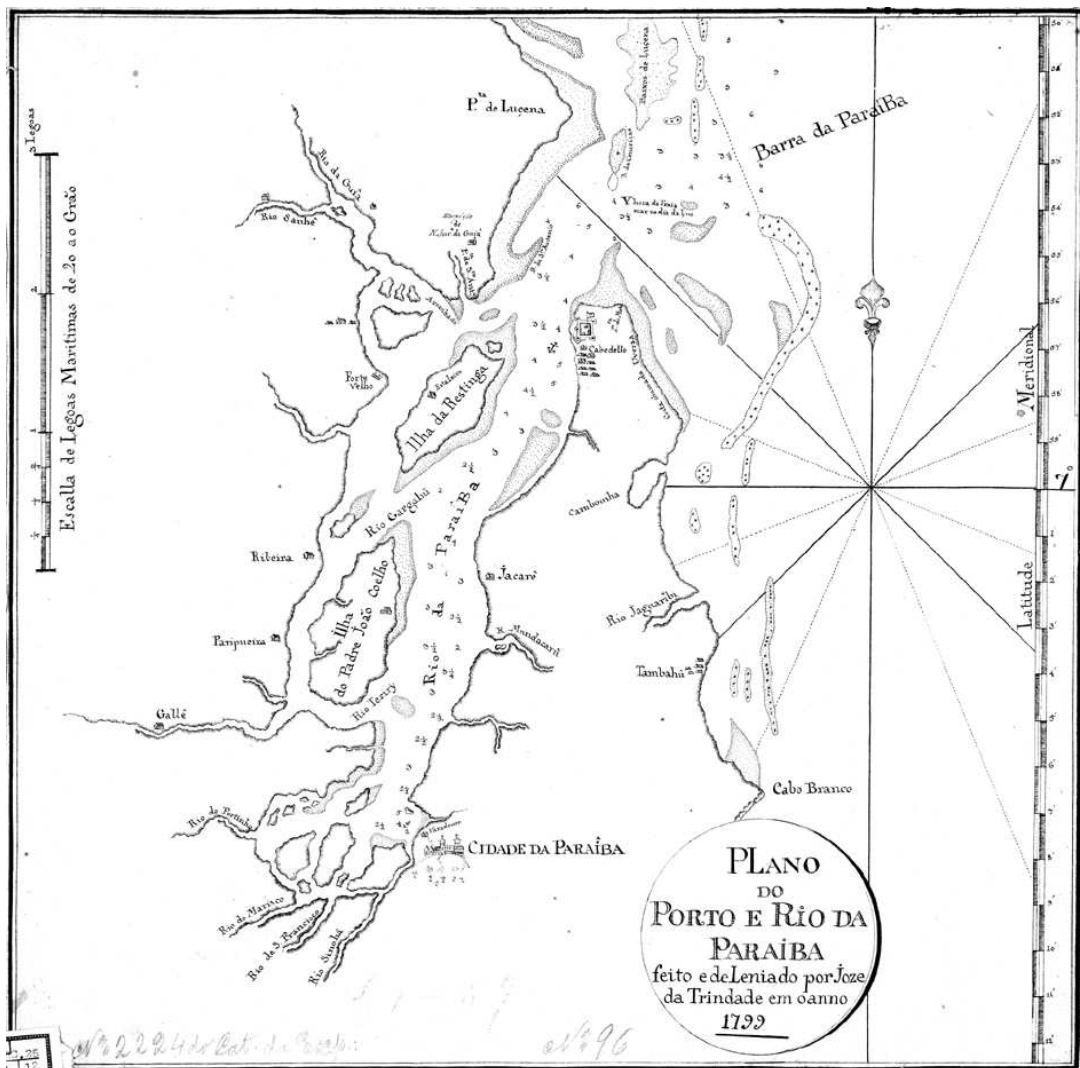
³⁸ PINTO, 1977, p. 150.

³⁹ LOPES, 2005, p. 160.

⁴⁰ LOPES, 2005, p. 160.

Em carta ao príncipe regente D. João, no ano de 1801, o então governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, remete uma lista das congregações existentes na Paraíba e seus respectivos bens. É importante perceber que não se encontram indícios sobre o Almagre/ Utinga ou a capela de Nossa Senhora de Nazaré nos bens das três congregações religiosas, Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos.

No mapa abaixo, datado de 1799, não se encontra nenhum vestígio da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, apesar deste colocar em evidência o Hospício da Guia e a povoação de Tambaú, provavelmente constituída de indígenas remanescentes do antigo Aldeamento da Praia.



"Plano do Porto e Rio da Paraíba", Frei José da Santíssima Trindade, 1799.

Mapa manuscrito, desenhado a nanquim; 34,5 cm x 35 cm. Seção de Cartografia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Arquivo disponível em: <<http://consorcio.bn.br/cartografiahistorica/mapas/cart512346.sid>>.

Como todo estudo histórico o assunto não está encerrado. As conclusões e hipóteses a que chegamos provêm, em grande parte, de fontes secundárias, porém a escassez de fontes primárias, nesse momento, não nos permite ir mais além. Uma escavação arqueológica no local com certeza traria novos dados e corroboraria ou refutaria as idéias presentes neste

artigo. Infelizmente, por enquanto, quer seja por motivos técnicos ou por motivos econômicos, ainda não é possível proceder tal espécie de prospecção. Contudo, a pesquisa não pára aqui, pois ao organizar este texto percebemos que ainda há um longo caminho de arquivos e documentos a serem analisados que, pouco a pouco, podem nos ajudar a juntar as peças do *puzzle* disperso que se tornou a História das ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na capitania da Parahyba (1585-1630)**. São Paulo: FFLCH-USP, 2003 (Tese de Doutorado em História).
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo IPHAN n. 0041-T-38. Tombamento das Ruínas do Almagre (PB), 1938. Rio de Janeiro, Palácio Gustavo Capanema, Arquivo Noronha Santos.
- LIVRO de Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. **Revista do Arquivo Público**. Recife, ano 1, n. 2, 1946, p. 141-354.
- LIVRO de Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. **Revista do Arquivo Público**. Recife, ano 2, n. 3, 1947, p. 55-132.
- LIVRO de Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. **Revista do Arquivo Público**. Recife, ano 2, n. 4, 1947, p. 171-278.
- LIVRO de Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. **Revista do Arquivo Público**. Recife, ano 4, n. 6, 1949, p. 383-587.
- LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. Recife: IFCH-UFPE, 2005 (Tese de Doutorado em História).
- MACHADO, Maximiano Lopes. **Historia da Província da Parahyba**. Cidade da Parahyba: Imprensa Oficial da Parahyba, 1912.
- MENEZES, Mozart Vergetti de; OLIVEIRA, Elza Régis de; e LIMA, Vitória Barbosa de. (orgs.). **Catálogo dos documentos manuscritos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Os franciscanos e a formação do Brasil**. Recife: UFPE, 1969.
- NUNES, Nonato & PEREIRA, Nyll. **A câmara de Filipéia**. João Pessoa: M Editora, 1997.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. Em torno do uso turístico do patrimônio histórico: o caso da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (Cabedelo - PB). **Veredas - Revista Científica de Turismo**. Cabedelo - PB, LABTUR-IESP, ano I, n. 1, jul./ 2002, p. 47-58.
- PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. Volume 1. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.
- PRADO, J. F. de Almeida. **A conquista da Paraíba**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964 (Col. "Brasiliana", vol. 321).
- WILLEKE, Frei Venâncio (Introdução e notas). Livro dos Guardiães do Convento de Santo Antônio da Paraíba (1589-1885). **Stvdia**, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n. 19, 1966, p. 173-207.
- WILLEKE, Frei Venâncio. Missões e missionários da província de Santo Antônio. **Revista de História**, São Paulo, ano 28, v. 56, jul.-set. 1977, p. 85 -100.

RESUMO

Nosso objetivo é tentar reconstruir o percurso histórico do Aldeamento do Almagre no período colonial. Localizado na Praia do Poço, em Cabedelo (PB), o sítio hoje abriga ruínas de uma igrejinha setecentista dedicada a N. Sra. de Nazaré, onde funcionou um convento que servia à conversão e controle do gentio Tabajara. Fundado por jesuítas em 1589, o local também passou pelo controle de franciscanos e beneditinos, até a transferência dos índios para Vila Flor, no Rio Grande do Norte, em 1762. A pesquisa concentrou-se sobre as fontes coloniais disponíveis - especialmente os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes às Capitanias da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a historiografia clássica paraibana (Maximiano Machado; Horácio de Almeida; Irenêo Joffily; J. F. de Almeida Prado, Irineu Ferreira Pinto) e outras fontes impressas - numa tentativa de compreender a atuação das ordens religiosas que tiveram jurisdição sobre o Almagre e os motivos de seu abandono, na segunda metade do século XVIII.

Palavras-Chave: Paraíba; Aldeamento Indígena; Documentos Coloniais; Século XVII; Século XVIII.